

**DEBATE APÓS A CONFERÊNCIA
“POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA”**

RESUMO: Quando se confrontam solidariamente os horizontes públicos para definição de políticas democráticas alternativas de segurança urbana, argentinas e brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Cenários públicos. Políticas públicas. Alternativas de segurança.

ABSTRACT: *When public sceneries are placed face to face for definition of democratic and alternatives policies to urban security, on Argentina and Brazil.*

KEYWORDS: *Public sceneries. Alternatives public. Security policies.*

Mariano Ciafardini¹: Antonio Alberto Machado pareceu-me muito claro, muito eloqüente. É certo que essas questões não são novas; essas questões - da desigualdade, da criminalidade - , mas aqui nós a trazemos. E por que é necessário trazê-las? É porque, embora não sejam novas, os poderes políticos não as levam em consideração. Políticas públicas de segurança fazem caso omissos dessas “obviedades”. Parece que todos que estamos interessados no debate da segurança democrática nos vemos na condição que recorreremos a obviedades. Não nos deixam outro recurso, que não o de insistir nessas referências, pois, por detrás de tudo isso existe uma indústria ideológica e política. O neoliberalismo não quer reconhecer que a pobreza e a miséria estão na base do delito e da violência e cria insegurança. Porque o neoliberalismo é o responsável pela pobreza e a exclusão. Há uma discussão ideológica na base: trata-se de, permanentemente, ocultar esse aspecto, de distrair-nos com argumentos de que há pobreza, mas: “eu conheço um que não é pobre e que comete delito!”.

Mas, quando alguém realiza uma análise sociológica, identifica que a imensa maioria dos que se envolvem com esses tipos de delito são excluídos, são pobres. E não se trata de uma casualidade. Não devemos deixar-nos desviar dessa referência, em cada momento que pudermos discutir as políticas de segurança. Temos que trazer esses temas. Não podemos deixar que se confundam os termos dessa discussão como, por exemplo, o levado pelo discurso da tolerância zero, que faz caso omissos de tudo o que tratamos. Oculta esse processo, com os argumentos mais que remoídos de que “se não

¹ Diretor Ajunto da Cátedra Eugenio Raúl Zaffaroni. Professor Titular de Criminologia da UBA – Universidade de Buenos Aires. Facultades de Derecho. Buenos Aires – DF – Argentina - C1425CKB - mciafardini@fibertel.com.ar.

perdoarmos a ninguém e aplicarmos a lei, isso vai contribuir para reduzir a violência". Trata-se, permanentemente de um discurso enganoso.

E qual foi o resultado do discurso da tolerância zero, nos Estados Unidos? Temos a maior população de todo o mundo, de toda a história, nos presídios. Nos Estados Unidos, já se registram dois milhões de pessoas encarceradas. O país já se aproxima da taxa de 0,8 por mil habitantes, o que significa que lá existem mais pessoas presas, percentualmente, do que a China. Os Estados Unidos se constituem numa sociedade carcerária. E baixaram os níveis de violência? Não. Os que têm a ver com o processo prisional não se reduziram. Houve elevações e quedas dos registros dos delitos, que tiveram mais relação com a elevação e queda da ocupação e emprego, do que com a política de tolerância zero. Reduziram-se muito mais os delitos em cidades como San Diego e Boston, que não aplicaram o princípio da tolerância zero, que em Nova York. Assim, todos esses argumentos que enganam que distraem, querem evitar que se leve ao centro da discussão essa questão, que é óbvia: trata-se de um problema político e ideológico.

Antonio Alberto Machado²: Só para lembrar um fato, ao professor que estamos aqui numa região que é chamada a Califórnia Brasileira.

Mariano Ciafardini: Vocês certamente assistiram ao filme dos anos 1970 – *Pra Frente Brasil* – que mostrava uma sociedade altamente controlada, uma sociedade panóptica, uma sociedade intensamente controlada e com uma grande massa de excluídos e encarcerados. Tratava-se de uma discussão sobre modelos de sociedades democráticas e de outra intensamente fascista. Existe um grande vazio, quando tratamos de política de segurança democrática. Para os setores democráticos e os setores progressistas, esses sempre estiveram muito mais acostumados a criticar as políticas de segurança da direita, que certamente são passíveis de crítica. Ao desenvolverem toda uma linguagem crítica e, sobretudo, uma linguagem dos Direitos Humanos, de respeito às garantias individuais forjaram uma linguagem que reúne argumentos válidos. Mas, também, é necessário desenvolver uma estratégia, conhecimentos, uma inteligência de como enfrentar um problema que também é real, que é a existência de uma situação de aumento da criminalidade, da violência, de delitos, que afeta aos cidadãos comuns. Por que se alguém tem um discurso progressista, com base nos Direitos Humanos, mas não tem nenhuma proposta para resolver essas situações, a consequência é que se desacredita em todo o discurso.

² Promotor de Justiça de Ribeirão Preto. Professor livre-docente e coordenador do NEDA (Núcleo de Estudos de Direito Alternativo) na UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Departamento de Direito Público. Franca – SP – Brasil. 14400-690 - machado@mp.sp.gov.br.

De que se trata, então, essa política democrática e progressista de segurança? Partimos da base de que temos que enfrentar essas situações com certa eficácia, com uma proposta que tenha algo de realismo. Ninguém poder afirmar que quando acabar a pobreza acabarão os delitos e o sistema capitalista; que não teremos mais nada que fazer, senão a revolução e a mudança do sistema! Cairíamos num romantismo que denomino de utopia, uma vez que o problema que tratamos é muito mais complexo. O que fazemos então? Como desencadeamos um sistema participativo. Participativo e democrático, por que o linchamento é um acontecimento participativo! As pessoas participam ativamente de um linchamento, tomam decisões transcendentais e definitivas.

Creio que se trata, então, de desenvolvermos um conhecimento e uma estratégia de participação democrática, que tem que relação com um conhecimento de como, de que maneira se convoca a sociedade, quem se convoca e quem convoca? Temos alcançado um desenvolvimento teórico, a partir de uma prática concreta de participação comunitária, em que se analisa o cenário da participação. A quem vai dirigida a mensagem, de que maneira? Isso tem muita relação com o “simbólico”, com a forma da convocação, que não pode buscar uma parte da cidadania para discutir contra a outra parte, pois, o primeiro princípio de uma convocação é seu caráter universal. Todos discutem o tema da segurança!

A partir daí, o que se discute? Devemos discutir questões que se reportam ao território daqueles que se encontram discutindo. Ninguém pode discutir questões de segurança que afetem a outros, que não se encontram naquela discussão, por que isso não seria democrático. Eu não posso discutir aqui, o que vamos fazer com uma favela. Eu tenho que levar a discussão à favela. Aqui eu posso discutir o que vamos fazer nesse âmbito. Além do que, as discussões têm que se integrar à legislação existente, aos princípios constitucionais existentes. Aqueles que convocam e dirigem os debates têm que esclarecer: quais são os limites legais. As reuniões não são para delação; as denúncias se fazem em outro lugar. A reunião sobre o tema da segurança é para ver o que, entre todos que estamos num âmbito determinado, pode se tornar mais seguro nesse contexto. Sem afetarmos os direitos de terceiros e com um consenso de todos que vivem naquela localidade.

Nesses temas aparecem colocações justas, a princípio com dificuldades, mas experiência que indicam propostas proativas, algumas muito simples como se instalar a iluminação, outras de ocupação de espaços públicos, outras de redesenho urbano e, evidentemente, a vigilância policial. Além disso, também é democrático que os cidadãos discutam segurança, não com a polícia, mas com as referências institucionais políticas, sobre o que deve fazer a polícia. Em outras localidades serão discutidas outras coisas: a necessidade dos serviços básicos, a necessidade da escola, para que possam integrar todos os jovens. A discussão tem que se referir às demandas. E o que pode desfigurar a

participação é que um setor da sociedade dispute contra outro. É um processo complexo, mas nas localidades em que foi implementado, verificou-se que os governos locais tiveram uma responsabilidade na convocação, por tratar-se do governo que está mais próximo dos cidadãos e que terão, até, que responder pelos seus mandatos.

De todo modo, há que se realizar um debate profundo sobre as condições dessas discussões, sobre o que se vai levar à diante e, ademais, o governo, evidentemente, tem que estar disposto a dar respostas, de comprometer parte dos recursos públicos perante o que surge como demanda. Porque, tampouco se trata de levar os cidadãos a uma discussão estéril, sem responsabilidade, que não se volte depois, a prestar contas do que se fez e do que não se fez, daquilo que se discutiu. Por que, aí, seria onde se romperia com o sistema participativo, sem sequer uma explicação do por que não se fez. Vale dizer: a responsabilidade participativa e a disposição de se destinarem recursos financeiros, para enfrentar um mínimo do debate realizado. Dentro dos limites legais e constitucionais existentes e que seja uma discussão universal, de todos os setores. E não se deixar ninguém de fora. E que se discutam questões, exclusivamente as que os envolvam diretamente.

Outra referência importante é que as discussões ocorram sobre problemas concretos da comunidade, sobre fatos ocorridos, não sobre imaginário. Por exemplo, um grupo de vizinhos não pode discutir sobre o tráfico de drogas, ou sobre a máfia. Devem se reportar aos fatos relativos aos últimos acontecimentos que envolveram os moradores daquela localidade. E quais seriam as práticas para que o ocorrido não volte a acontecer. Há alguns indicadores que são bases para o desenvolvimento desse debate. Primeiro, uma discussão intensa com o governo local. Se os governos locais não se envolvem na discussão de segurança e não estão dispostos a deslocar recursos humanos, para capacitar os coordenadores das iniciativas comunitárias, nada ocorrerá. O caminho seria esse, para início de uma política pública democrática de segurança, como alternativa ao que se formula em gabinetes e é baixado a todos, de maneira uniforme.